

A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR E DOS PROFESSORES PARA A EFETIVAÇÃO DO ATENDIMENTO A ESTUDANTES COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO¹

THE IMPORTANCE OF THE PERFORMANCE OF SCHOOL MANAGEMENT AND TEACHERS FOR THE ACCOMPLISHMENT OF ATTENDANCE TO GIFTED STUDENTS

²
Cleber Gimenes FREITAS

RESUMO: No presente estudo, de caráter bibliográfico, procurou-se refletir acerca da importância do trabalho de professores e gestores escolares para a efetivação de políticas públicas de atendimento a estudantes com Altas Habilidades/Superdotação nas escolas da rede pública. Com base em estudos na área, foi possível traçar um perfil desses estudantes e expor de forma apropriada o conceito de Altas Habilidades/Superdotação. Demonstrou-se como o atendimento a esse público está legalmente amparado, quais são as formas de atendimento previstas e as possíveis causas das dificuldades de identificação desses estudantes e as deficiências desses atendimentos na prática cotidiana. Assim sendo, notou-se que, em primeiro lugar, a dificuldade de identificação e atendimento a esses estudantes está atrelada a lacunas na formação docente, o que favorece a crença em ideias equivocadas, os chamados *mitos* sobre as Altas Habilidades/Superdotação. Nesse sentido, a formação continuada realizada nos horários coletivos da escola, poderia contribuir para preencher algumas dessas lacunas. Em segundo lugar, procurou-se demonstrar como a atuação da gestão escolar, representada pelas figuras do coordenador pedagógico, do diretor e do supervisor de ensino poderia contribuir para que a formação continuada de professores e o primordial, que o atendimento aos estudantes com Altas Habilidades/Superdotação aconteça de maneira efetiva.

Palavras-Chave: Altas Habilidades/Superdotação; Gestão Escolar; Professores.

ABSTRACT: In the present biographical study, we sought to reflect on the importance of the work of teachers and school managers for the implementation of public policies for attending gifted students in public schools. Based on studies in the area, it was possible to profile these students and adequately expose the concept of giftedness. It was demonstrated how the attendance to this public is legally supported, what are the expected forms of attendance and the possible causes of the identification difficulties of these students and the deficiencies of these attendances in daily practice. Thus, it was noted that, in the first place, the difficulty of identifying and attending to these students is linked to gaps in teacher education, which favors the belief in misconceptions, the so-called giftedness myths. In this sense, continuing education carried out during school hours could contribute to fill some of these gaps. Secondly, we tried to demonstrate how the performance of school management, represented by the figures of the pedagogical coordinator, the principal and the teaching supervisor, could contribute to the

1

Recebido em: setembro de 2019 | Aceito em: janeiro de 2020.

2

Licenciado em Letras - Português e Inglês e Especialista em Educação Especial - Área de Altas Habilidades / Superdotação. Professor de Língua Portuguesa da Prefeitura Municipal de São Paulo. E-mail: clegifrei@gmail.com

continued formation of teachers and the primary, that the attendance to the gifted students happens from effective way.

Keywords: Giftedness; School Management; Teachers.

1 INTRODUÇÃO

O atendimento aos estudantes com Altas Habilidades/Superdotação³ (AH/SD) nas escolas da rede pública é uma questão que ainda provoca muitas dúvidas e mal-entendidos entre gestores escolares e professores de todos os níveis de ensino, que questionam sobre a falta de formação específica, de informação e do escasso material didático disponível nas escolas.

O atendimento a esse público, embora previsto em lei, não acontece de maneira eficaz, ou seja, não permite que esses estudantes desenvolvam suas potencialidades satisfatoriamente. Além disso, há grande número de professores sem formação específica que encontram dificuldades em identificar o estudante com AH/SD, o que torna a questão ainda mais preocupante. A gestão escolar, por sua vez, nem sempre articula ações que favoreçam a concretização de políticas públicas destinadas a essa modalidade de ensino nas escolas.

Dessa forma, essa pesquisa buscou, por meio da análise da legislação e de estudos acerca do assunto, demonstrar a necessidade de atendimento educacional especializado a esse público, além de refletir sobre a importância de formação adequada para os professores e da contribuição da gestão escolar para que políticas públicas na área aconteçam de forma eficaz, já que “nenhuma sociedade pode se dar ao luxo de ignorar seus membros mais superdotados e todos devem refletir seriamente como melhor nutrir e educar o talento”. (WINNER, 1998, p. 9).

A reflexão acerca da atuação de professores e gestores escolares na busca pelo atendimento aos estudantes com AH/SD mostra-se bastante relevante, já que a concretização de políticas públicas nessa área depende em grande parte da participação desses atores, fato que justifica o presente estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONCEITUAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DE ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

Muitos autores divergem quanto às características e definição do fenômeno da superdotação. Segundo Davis e Rimm (1994), isso se deve às influências que uma definição

³

Neste trabalho optamos por utilizar a nomenclatura “Altas Habilidades/Superdotação” que é defendida e utilizada pelo Conselho Brasileiro de Superdotação (ConBraSD).

poderia ter em propostas educacionais direcionadas a estudantes com essas características, podendo contribuir para a rotulação ou até a exclusão de indivíduos que não se adequassem aos termos escolhidos.

Joseph Renzulli define a superdotação, baseado em sua teoria dos três anéis (RENZULLI, 1979, p. 6), como a “interação entre três grupamentos básicos de traços humanos – sendo esses grupamentos a capacidade geral acima da média, os elevados níveis de comprometimento com a tarefa, e os elevados níveis de criatividade”.

Os programas de orientação aos professores e de atendimento aos estudantes com AH/SD do Ministério da Educação (MEC) são baseados nas concepções de Renzulli acerca do fenômeno da superdotação. Para o MEC (BRASIL, 2007, p. 9), os estudantes com AH/SD:

Demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse.

Além das características citadas acima, outras são apontadas por inúmeros autores. Winner (1998), por exemplo, cita a precocidade como uma das principais características dos indivíduos com AH/SD. A precocidade pode ser notada quando a criança apresenta domínio em determinada área antes da média etária e aprende com velocidade acima da esperada. Outra característica apontada pela referida autora são os altos níveis de energia e a alta capacidade de atenção; estas características são denominadas pela autora como uma “fúria por dominar”, sendo que a criança se mostra insaciável e extremamente motivada diante de um conteúdo e/ou área que seja de seu interesse.

Sendo assim, notamos que os indivíduos com AH/SD apresentam certas especificidades que precisam ser levadas em conta no momento da elaboração de programas e políticas públicas na área. No tocante a formação docente, por exemplo, um dos fatores que deve ser considerado é a necessidade de se criar mecanismos que favoreçam a eliminação de dúvidas e, mais precisamente, o esclarecimento em relação aos mitos sobre os estudantes com AH/SD. A atuação da gestão escolar nesse processo é também de suma importância, uma vez que a orientação e discussão acerca do assunto nos horários coletivos da escola podem contribuir muito para a consolidação desse atendimento.

No presente estudo, adotaremos os pressupostos teóricos de Joseph Renzulli e Ellen Winner, sobretudo no que diz respeito aos mitos em torno do fenômeno da superdotação. No entanto, embora ambos adotem o termo Superdotação, utilizaremos a expressão Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD), por considerá-la mais compatível com o contexto brasileiro.

2.2 MITOS SOBRE ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

Muitas ideias equivocadas sobre os estudantes com AH/SD dificultam a compreensão de familiares, professores e gestores escolares acerca do assunto. Esse fator, aliado ao pouco investimento na área, faz com que programas de atendimento às necessidades de estudantes com AH/SD não alcancem os resultados esperados. Assim sendo, para que as políticas públicas na área sejam bem-sucedidas é preciso também que os mitos que norteiam o assunto sejam esclarecidos.

A temática dos mitos em relação aos estudantes com AH/SD está presente em materiais de formação docente, oferecidos pela SEE/MEC (BRASIL, 1999). Sobre esse assunto, Pérez (2003) desenvolveu uma compilação do pensamento de diversos autores nacionais e internacionais e categorizou os mitos em: mitos sobre constituição, mitos sobre distribuição, mitos sobre identificação, mitos sobre níveis ou graus de inteligência, mitos sobre desempenho, mitos sobre consequência e mitos sobre o atendimento aos estudantes com AH/SD.

Ideias como atribuir as AH/SD a fatores exclusivamente genéticos ou a estímulos ambientais, relacionar o alto desempenho a pais exigentes e dizer que o estudante é frágil ou metido a “sabichão” pertencem à categoria de **mitos sobre constituição**. Já os **mitos sobre distribuição** podem ser: os estudantes com AH/SD são raros na população, são na maioria homens, são de classes econômicas privilegiadas e podem ser “fabricados”, ou seja, com bastante estímulo podemos criá-los. Segundo Extremiana (2000, p. 123), a crença de que um indivíduo com AH/SD pode ser fabricado é um mito, pois os pais “não criam o superdotado, mas normalmente são as próprias crianças superdotadas as que empurram seus pais a oferecer-lhes um ambiente estimulante e enriquecedor”.

Já os **mitos sobre identificação** são: acreditar que a identificação estimula a rotulação, que a identificação provoca atitudes “negativas” no estudante com AH/SD, que não se deve identificar ou sequer informar ao estudante que ele tem AH/SD. Muitos acreditam que a inteligência pode ser medida, quantificada. Esse pensamento reforça os chamados **mitos sobre níveis ou graus de inteligência**: os estudantes com AH/SD são apenas aqueles com QI alto, não existem altas habilidades em artes ou esportes.

Não identificar os estudantes com AH/SD, alegando que a identificação poderia trazer sofrimentos para esses indivíduos, é um erro apontado por Extremiana (2000), que lembra que esses estudantes sabem que são diferentes dos demais e, portanto, não os identificar é que poderia lhes trazer sofrimentos, uma vez que a identificação é o primeiro passo para que suas necessidades sejam atendidas.

Os chamados **mitos sobre consequência** são: os estudantes com AH/SD desenvolvem doenças mentais, mau comportamento e instabilidade emocional, o QI se mantém estável durante a vida inteira, estudantes com AH/SD serão adultos eminentes, esses estudantes são também autodidatas e tudo na escola é fácil para eles.

Os **mitos sobre desempenho** se referem às expectativas relacionadas ao desempenho acadêmico: os estudantes com AH/SD se destacam em todas as áreas do conhecimento humano (superdotação global) e o estudante com AH/SD apresenta desempenho excepcional em todas as disciplinas escolares. Winner (1998) chama essa crença de *mito da capacidade global*.

Por fim, temos os **mitos sobre atendimento**, que são: estudantes com AH/SD não precisam de atendimento especial, o atendimento especial para estudantes com AH/SD seria elitista, o aceleramento é o atendimento ideal para esse público, não se deve incentivar o agrupamento de estudantes com AH/SD e estudantes com AH/SD devem frequentar escolas especiais. A crença no mito de que o estudante com AH/SD não precisa de atendimento especializado tanto quanto os de outras áreas é, segundo Winner (1998), um dos mais persistentes entre os professores.

Ainda sobre a temática dos mitos acerca das AH/SD, vale destacar uma pesquisa recente em que Freitas (2016) discute sobre a visão dos professores de uma escola da rede estadual paulista sobre o assunto. A pesquisa apurou que a crença nos mitos sobre as AH/SD permeia o pensamento da maioria dos professores entrevistados.

2.3 LEGISLAÇÃO SOBRE ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

O atendimento aos estudantes com AH/SD está previsto em lei. Já na Constituição Federal, em seu artigo 208, inciso V, destaca-se o dever do Estado em garantir “o acesso aos níveis mais elevados de ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (BRASIL, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), N°. 9.394/96, em seu artigo 58º define que a Educação Especial é “a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1996, p. 43). Essa lei, em seu artigo 59º, inciso I, determina que o atendimento aos estudantes com necessidades especiais deve garantir “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades” (BRASIL, 1996, p. 44).

Já a Resolução CNE/CEB N°. 02/2001, artigo 3º, diz que a educação especial é uma modalidade de ensino que deve assegurar recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os

serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos estudantes que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (BRASIL, 2001). O documento prevê também a possibilidade de aceleração e conclusão antecipada da Educação Básica pelo estudante com AH/SD.

Identificar e providenciar mudanças no currículo que garantam os direitos dos estudantes com AH/SD é, conforme o Decreto nº 7611/2011 (BRASIL, 2011), dever do Estado. Oferecer atendimento especializado, de maneira que favoreça o desenvolvimento intelectual e social do estudante, também é determinado pelo referido decreto. Para os estudantes com AH/SD, o atendimento deverá ser suplementar ao oferecido pela rede regular de ensino.

2.4 GESTÃO ESCOLAR

A Gestão Escolar é composta de três atores: o diretor da escola, o coordenador pedagógico e o supervisor de ensino. O trio gestor deve atuar colaborativamente, cuidando de assuntos administrativos e pedagógicos. No entanto, é preciso destacar as especificidades de cada cargo, como faremos a seguir.

O diretor é quem responde legal e judicialmente pela escola, mas também pedagogicamente pelos trabalhos ali desenvolvidos. Essa última atribuição, no entanto, é muitas vezes esquecida ou relegada a segundo plano, conforme Santos (2012). Ainda segundo o referido autor, o diretor de escola, “[...] é um gestor escolar por excelência; pois a ele cabe liderar, gerenciar e articular o trabalho de todos os professores e demais funcionários da escola em função de uma meta a ser alcançada, ou seja, a aprendizagem dos alunos” (p. 52).

O diretor escolar, portanto, é um líder que não deve ocupar-se apenas de assuntos administrativos, mas também de assuntos pedagógicos. Cabe ao diretor informar às Secretarias de Educação municipais e estaduais as necessidades de sua escola para que os objetivos de aprendizagem sejam alcançados.

Quanto ao coordenador pedagógico, é o “profissional da educação que dirige sua atenção à formação em serviço de todos os professores da escola, tendo em suas mãos o desafio de mobilizar e articular a equipe escolar para tecer o projeto político-pedagógico da instituição de ensino”. (FREITAS b, 2010, p.78).

Assim sendo, o coordenador pedagógico deve atuar como um parceiro do corpo docente e do diretor, a fim de tornar o processo de ensino e aprendizagem de sua escola mais eficaz, facilitando a concretização de políticas públicas na área.

Finalmente temos a figura do supervisor de ensino que é o “profissional designado pela secretaria municipal ou estadual de educação para ser seu representante junto às escolas e fazer a interface do Executivo com elas” (SANTOS, 2012, p. 52). O supervisor de ensino deve dar apoio técnico, administrativo e pedagógico às escolas, impulsionando a concretização de políticas públicas educacionais.

O trabalho do trio gestor, portanto, é de suma importância para o funcionamento geral da instituição escolar. Sem uma atuação efetiva desses profissionais, a viabilidade e realização de políticas públicas voltadas para estudantes com AH/SD, tema desse estudo, ficam comprometidas.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa se baseará em levantamentos de caráter bibliográfico, acerca dos conceitos de Altas Habilidades / Superdotação (AH/SD); da identificação e atendimento a estudantes com AH/SD; dos mitos e realidades sobre os estudantes com AH/SD; da legislação acerca da Educação Especial, sobretudo a que se refere aos estudantes com AH/SD e da atuação de gestores escolares e professores na viabilização do atendimento a estudantes com AH/SD nas escolas da rede pública.

Nessa perspectiva, o trabalho tem como objetivo realizar uma reflexão acerca da atuação de professores e gestores escolares na busca pelo atendimento aos estudantes com AH/SD nas escolas da rede pública, destacando a importância da participação desses atores para a concretização de políticas públicas na área.

A revisão de literatura utilizará como principais fontes os estudos teóricos de Joseph Renzulli e Ellen Winner acerca da conceituação de AH/SD, das características e da identificação de estudantes pertencentes a esse grupo. Acerca dos mitos e realidades em torno dos estudantes com AH/SD será utilizada como fonte principal a compilação realizada por Susana Graciela Pérez Barrera Pérez a partir de estudos de inúmeros autores.

Ainda sobre a temática dos mitos será utilizada uma pesquisa recente (FREITAS, 2016) que trata da visão dos professores de uma escola da rede pública paulista sobre o assunto. Para a reflexão acerca das dificuldades de identificação de estudantes com AH/SD foram utilizados dados coletados no Portal Dados Abertos da Prefeitura de São Paulo.

A legislação sobre a Educação Especial será utilizada para demonstrar que o atendimento aos estudantes com AH/SD está amparado legalmente. E, finalmente, a atuação da gestão escolar e dos professores será abordada tendo como base documentos do MEC sobre

programas de atendimento aos estudantes com AH/SD e formação docente, além de artigos de autores que dialoguem com o tema abordado.

Após a catalogação e sistematização dessas informações, serão determinados os conceitos e dados que nortearão o desenvolvimento da pesquisa e reflexões pretendidas, conforme a relevância para a concretização dos objetivos propostos.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 FORMAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES COM AH/SD

A Resolução CNE/CEB nº 2/2001 determina que o atendimento aos estudantes com necessidades especiais deve acontecer em todas as etapas ou modalidades da Educação Básica, em classes comuns do ensino regular. Em relação aos estudantes com AH/SD, a Resolução prevê, em seu art. 8º, que o atendimento a esse público deve propor atividades de aprofundamento e enriquecimento curriculares, nas classes comuns, salas de recursos ou outros espaços definidos pelo sistema de ensino. O documento ainda prevê a possibilidade de aceleração ou avanço, bem como a possibilidade de conclusão da Educação Básica em menor tempo, de acordo com a capacidade do estudante.

O atendimento em classes comuns pode contribuir para o processo de socialização dos estudantes com AH/SD com crianças ou adolescentes da sua faixa etária. Vale lembrar, no entanto, que a escola não tem como única função promover a socialização, mas também oferecer condições para que todos os estudantes se desenvolvam, de acordo com as suas capacidades. No caso dos estudantes com AH/SD, para que a sala de aula não se torne apenas um espaço frequentado com o intuito de socializar-se, é importante que, uma vez identificado, o estudante tenha acesso a atividades de aprofundamento curricular que favoreçam o desenvolvimento de suas potencialidades.

Frequentar uma classe comum pode ser muito desagradável para uma criança ou adolescente com AH/SD. O tédio ou desinteresse por atividades e conteúdos pouco desafiadores pode levá-los à indisciplina e ao fracasso escolar. O agrupamento por habilidades poderia ser uma alternativa, mas a prática é vista com reservas por educadores. Por um lado, o agrupamento de estudantes com habilidades semelhantes em classes separadas poderia contribuir para a melhoria no atendimento a esse público, promovendo a troca de saberes e experiências entre os pares, elevando o nível e aprofundamento dos estudos e melhorando a autoestima. Por outro lado, o agrupamento por habilidades é visto por muitos como excludente e elitista. Formar classes especiais com estudantes com AH/SD não está previsto em lei, mas o agrupamento por

habilidades poderia acontecer por meio dos projetos com atividades de enriquecimento curricular.

O atendimento aos estudantes com AH/SD pode, segundo o documento citado, acontecer em Salas de Recursos ou em outros espaços, com atividades de aprofundamento e enriquecimento curricular. O atendimento nesses espaços só terá sentido se realmente oferecer aos estudantes possibilidades de desenvolverem suas habilidades. Uma alternativa interessante são os projetos de enriquecimento curricular, que costumam acontecer nos contraturnos das escolas. Esses projetos poderiam ser pensados para contemplar esse público, agrupando-os por habilidades.

A aceleração dos estudos está prevista na legislação brasileira e pode ser benéfica a um estudante que tem habilidades e/ou conhecimentos muito acima da média dos colegas de turma. A convivência com pares intelectuais, e não com pares da mesma idade, pode contribuir para que os estudantes com AH/SD não percam o desejo de aprender. No entanto, um problema que se coloca quando o assunto é a aceleração é, mais uma vez, a necessidade desses estudantes socializarem com crianças e adolescentes da mesma idade e que a convivência com estudantes mais velhos e maiores poderia ser prejudicial para o seu desenvolvimento emocional.

4.2 OS MITOS E AS DIFICULDADES DE IDENTIFICAÇÃO DE ESTUDANTES COM AH/SD

O Brasil apresenta grande dificuldade para identificar os estudantes com AH/SD. Na rede municipal de ensino de São Paulo, por exemplo, num universo de 1.776.441 estudantes matriculados na Educação Básica até o final de 2018, apenas 76 tinham sido identificados com AH/SD, segundo dados publicados no Portal Dados Abertos da Cidade de São Paulo.

Nesse mesmo período, todas as áreas da Educação Especial somaram 32.579 estudantes matriculados em escolas da prefeitura de São Paulo. No ano passado, o Ministério da Educação anunciou a intenção de criar um cadastro nacional de estudantes com AH/SD, mas o projeto ainda está em desenvolvimento.

Assim sendo, acreditamos que exista uma subnotificação, já que familiares e escolas não estão preparadas para reconhecerem um estudante com habilidades acima da média, talvez devido à falta de conhecimento sobre o assunto, o que leva muitos a acreditarem nos chamados “mitos” sobre as AH/SD.

Para que o atendimento aos estudantes com AH/SD aconteça, nas diferentes formas citadas no item anterior, é preciso antes de tudo que esse público seja identificado. Há, porém,

fatores que dificultam a identificação desses estudantes nas escolas da rede pública. Um desses fatores são as crenças equivocadas, ou seja, os mitos acerca das AH/SD.

Em pesquisa recente (FREITAS a, 2016), realizada com professores de uma escola da rede estadual de São Paulo, apurou-se que cerca de 60% do corpo docente não acredita que os estudantes com AH/SD tenham necessidades especiais, como os estudantes com distúrbios de aprendizagem. A mesma pesquisa revelou que 65% dos entrevistados acreditam que os estudantes com AH/SD não necessitam de professores, pois são autodidatas. Esses dados demonstram que um número considerável de professores não acredita que os estudantes com AH/SD necessitem de atendimento educacional especializado. Essa crença configura-se como um equívoco, pois os estudantes com AH/SD devem ser identificados, estimulados e orientados.

Além da crença nos “mitos sobre atendimento”, citados acima, a referida pesquisa demonstrou que os chamados “mitos sobre identificação” também permeiam o pensamento dos professores. Apurou-se, por exemplo, que metade do corpo docente acredita que todos os estudantes têm pontos fortes e, portanto, potencial igual para aprender.

Por trás da aparência democrática, essa crença esconde uma visão discriminatória sobre o assunto, já que a afirmação de que todos têm potencial igual para aprender não passa de um mito. Acerca disso, Winner (1998, p. 246) lembra que “Embora todas as crianças tenham pontos fortes e fracos relativos, alguns têm pontos fortes extremos em uma ou mais áreas. Superdotação extrema cria uma necessidade educacional especial, assim como retardo ou distúrbio de aprendizagem”.

Como vimos, embora o atendimento aos estudantes com AH/SD seja amparado pela lei e formas de atendimento estejam previstas, a crença em mitos torna a identificação ainda mais difícil, contribuindo para que esse público permaneça à margem da educação brasileira. A crença em mitos sobre as AH/SD está diretamente relacionada à falta de informação ou, mais precisamente, à falta de formação adequada dos professores, assunto que será abordado a seguir.

4.3 PROFESSORES: A NECESSIDADE DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA E CONTINUADA

Muitas vezes os professores identificam na turma algum estudante com desempenho superior, mas por falta de conhecimento e até de serviços, esses estudantes não são encaminhados para algum tipo de atendimento que favoreça o seu desenvolvimento. Porém, na maioria das vezes os estudantes com AH/SD não são notados dentro do ambiente escolar. A não identificação e a falta de estímulos podem levá-los ao fracasso escolar e até à evasão.

O professor se apresenta como um profissional privilegiado no processo de identificação dos estudantes com AH/SD. Durante as aulas, ele tem a possibilidade de realizar uma observação sistemática das habilidades de cada um. Com informações adequadas, o professor seria capaz não apenas de identificar, como também de providenciar adequações curriculares para esse público e, inclusive, solicitar com o auxílio do coordenador pedagógico um atendimento externo, quando for o caso. Assim sendo, com formação adequada o professor terá condições de realizar as sondagens, observações e as demais etapas visando à identificação e atendimento aos estudantes com AH/SD.

A Resolução CNE/CEB nº 2/2001 destaca que as escolas da rede regular de ensino devem estar providas de professores capacitados e especializados para atenderem aos estudantes com AH/SD. Nesse sentido, é importante destacar algumas ações realizadas no âmbito das secretarias estadual e municipal de educação de São Paulo. No ano de 2014, a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo (SEE/SP) realizou, em parceria com a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) o curso de *Pós-Graduação Lato Sensu Especialização em Educação Especial: Área – Altas Habilidades / Superdotação para Professores do Ensino Fundamental e Médio*, na modalidade semipresencial, sendo oferecidas 100 vagas. Já no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME/SP) aconteceu no ano de 2016 o curso de *Pós-Graduação Lato Sensu Especialização em Educação Especial com ênfase em Altas Habilidades / Superdotação*, também na modalidade semipresencial e em parceria com a mesma instituição. Para esse curso foram oferecidas 180 vagas. Ainda no âmbito da SME/SP, foram realizados em 2018 cursos em parceria com os CEFAlS (Centros de Formação e Acompanhamento à Inclusão), com carga horária de 20 horas.

No entanto, apesar da temática das AH/SD ter ganhado maior destaque nos últimos anos, com realização de algumas formações como as citadas acima, a realidade é que a grande maioria dos professores da rede pública desconhece as características desses estudantes, sendo incapazes de sequer os identificarem. Considerando-se o pouco espaço reservado para a temática das AH/SD durante a formação inicial dos docentes, que não pode ser abordada com profundidade já que é apenas uma das muitas áreas da educação especial, e do número limitado de vagas oferecidas pelos cursos de especialização, demonstra-se a importância da formação continuada, realizada durante os horários coletivos da escola, que poderiam preencher essa lacuna.

A utilização das reuniões pedagógicas e demais horários coletivos da escola para a discussão sobre a temática das AH/SD poderia contribuir para a efetivação do atendimento a esses estudantes, conforme garante a lei. Nesses momentos, dúvidas poderiam ser sanadas por

meio da leitura e discussão acerca de leis relacionadas ao assunto, bem como cursos poderiam ser ministrados em parceria com associações ou universidades, por exemplo. Para que essas ações aconteçam no interior da escola, no entanto, faz-se necessário uma atuação mais incisiva por parte da gestão escolar que, uma vez consciente da necessidade de atendimento especial para esses estudantes, promovam atividades que torne possível ele acontecer.

4.4 O PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR NA EFETIVAÇÃO DO ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES COM AH/SD

A necessidade de ações que visam ao atendimento especializado para a criança ou adolescente com AH/SD nas escolas da rede pública, nas formas anteriormente citadas e analisadas, bem como a formação continuada de professores nos horários coletivos sobre esse assunto não podem acontecer sem que a gestão escolar, nas figuras do coordenador pedagógico, do diretor e do supervisor escolar, ofereçam condições para isso.

A gestão escolar deve promover encontros e reuniões pedagógicas que tenham como pauta a Educação Especial em geral, mas precisa reservar um momento para tratar dos estudantes com AH/SD, que é certamente o público mais negligenciado dessa modalidade de ensino.

O diretor de escola que se preocupa com a Educação Especial, por exemplo, deve providenciar as mudanças de grande porte (estrutura física, equipamentos, materiais) e estimular os professores a realizarem mudanças e/ou flexibilizações de conteúdos no âmbito da sala de aula, de maneira que todos, sem exceção, sejam atendidos conforme as suas necessidades.

Abordar o fenômeno das altas habilidades/superdotação nos momentos coletivos da escola é importante, mas ações práticas acerca desse assunto também devem fazer parte da rotina escolar e necessitam do apoio do diretor de escola. Sendo assim, ele deve criar condições para que projetos de enriquecimento curricular, por exemplo, aconteçam de fato, garantindo a disponibilidade dos recursos necessários para a sua realização.

O coordenador pedagógico é outro personagem importante na efetivação do atendimento aos estudantes com AH/SD. É sua função oferecer suporte técnico aos professores acerca dos objetivos curriculares, bem como de estratégias de flexibilização dos conteúdos. Ele deve compreender o seu papel de formador, articulando discussões que esclareçam dúvidas acerca das AH/SD, eliminando a crença em mitos por parte do corpo docente, que comumente atrapalham e comprometem o atendimento a esses estudantes. Cabe ao coordenador pedagógico promover uma maior aproximação entre professores e familiares, facilitando a identificação de talentos e habilidades. Além disso, cabe ao coordenador promover a unidade da equipe, buscando

parcerias com instituições e coordenando projetos de enriquecimento ou aprofundamento voltados para esse público.

Completando a tríade pedagógica temos o supervisor de ensino, que não deve ser visto apenas como um “fiscalizador” dos trabalhos desenvolvidos na escola, mas sim como um parceiro de professores, diretores e coordenadores pedagógicos na busca por um atendimento de qualidade a todos os estudantes, inclusive para os identificados com AH/SD.

O atendimento aos estudantes com AH/SD, seja na classe comum ou na sala de recursos, por meio de projetos de enriquecimento curricular, aceleração ou mesmo pelos chamados “agrupamentos por habilidades”, não podem acontecer sem a chancela do supervisor de ensino. Sendo assim, ele pode tanto ser um facilitador dessas ações, como um agente burocratizante do Estado. O supervisor de ensino, consciente de suas responsabilidades para com a efetivação de políticas públicas educacionais, deve se engajar e atuar em prol de uma educação de qualidade para todos.

São inúmeras as atribuições do diretor, do coordenador e do supervisor de ensino, que são responsáveis por solucionar problemas de ordem administrativa, financeira e pedagógica. É importante, porém, que o trio gestor direcione por um momento o seu olhar às crianças e adolescentes com AH/SD, um público muitas vezes ignorado em nossa sociedade. É importante que, em parceria com professores e familiares, articulem ações voltadas para esses estudantes. E, por fim, é importante que compreendam que o atendimento especializado para os estudantes com AH/SD, além de uma necessidade, é um direito.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse estudo, falamos das formas de atendimento previstas em lei e dos mitos que dificultam a identificação dos estudantes com AH/SD, para então refletirmos acerca da importância da atuação de professores e gestores escolares para que o atendimento a esse público aconteça. Destacamos a importância da formação continuada para os professores dentro da própria escola, tendo a figura do coordenador pedagógico como principal responsável por desenvolver essas atividades.

O diretor é outro personagem importante, já que a sua atuação, que deve ser pedagógica e não apenas administrativa, pode viabilizar o trabalho dos professores junto a esses estudantes, liberando os recursos necessários. O supervisor de ensino, que mais do que um fiscalizador deve ser um parceiro da escola, é o representante direto do poder executivo e sua atuação pode ser determinante para a concretização de projetos e/ou ações direcionadas aos estudantes com AH/SD.

Vimos que o atendimento ao estudante com AH/SD está fundamentado e amparado legalmente, embora poucas iniciativas tenham sido concretizadas na área. É necessário, porém, que professores e gestores escolares tenham um conceito apropriado sobre o fenômeno das AH/SD e estejam cientes de como atender às necessidades e estimular o potencial desses estudantes. Para tanto, faz-se necessário que o poder público ofereça condições para que esse atendimento aconteça de fato. Daí a necessidade de políticas públicas que sejam pensadas levando-se em conta as especificidades desse público.

Nenhuma política pública direcionada aos estudantes com AH/SD dará certo, no entanto, se ações voltadas para a formação docente não fizerem parte do processo. A eliminação de ideias equivocadas acerca do assunto, os chamados mitos, só será possível se professores e gestores escolares estiverem bem-informados e formados. A identificação é o primeiro passo para que esses estudantes deixem de ser ignorados e recebam o atendimento que necessitam para o desenvolvimento de suas habilidades.

A temática das AH/SD, embora tenha ganhado maior evidência nos últimos anos, permanece cercada de mistérios e mal-entendidos. O presente trabalho não pretendeu esgotar o assunto, mas sim oferecer uma pequena contribuição para as reflexões acerca dos estudantes com AH/SD, muitas vezes esquecidos nas escolas brasileiras. Apesar das dificuldades enfrentadas, e hoje ainda mais, acreditamos que professores, gestores e demais profissionais da educação serão sempre os personagens principais na busca por uma educação de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. DECRETO n.º 7611, de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>. Acesso: 27. abr. 2019.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEE, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.com.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso: 27. abr. 2019.

BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CEB n.º 2, de 11 de setembro de 2001. **Institui Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso: 27. abr. 2019.

BRASIL. **Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental: Superdotação e Talento.** Brasília: MEC/SEE, 1999. v. 1.

BRASIL. Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso: 27. abr. 2019.

DADOS ABERTOS. **Perfil de Turmas e Turnos Dezembro/2018**. Prefeitura de São Paulo. Disponível em: <<http://dados.prefeitura.sp.gov.br/dataset/perfil-das-turmas-e-unidades-educacionais-em-funcionamento>>. Acesso em: 15. mai. 2019.

DAVIS, G.A.; RIMM, S.B. **Education of the gifted and talented** (3rd). Needham Heights, MA: Allyn and Bacon, 1994.

EXTREMIANA, A. A. **Ñinos Superdotados**. Madrid: Pirámide, 2000.

FREITAS, C. G. **Mitos e Realidades sobre Altas Habilidades/Superdotação: a visão dos professores de ensino fundamental II**. São Paulo: UNESP, 2016. No prelo.

FREITAS, C. G. **O trabalho da coordenação pedagógica**. Petrópolis: Vozes, 2010.

PÉREZ, S. G. P. B. Mitos e crenças sobre as pessoas com altas habilidades: aspectos que dificultam o seu atendimento. **Cadernos de Educação**, Santa Catarina, ed. 2003, nº22. 2003. Disponível em: <<http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2003/02/a4.htm>>. Acesso em: 27. abr. 2019.

RENZULLI, J.S. What makes giftedness? Re-examining a definition. **Chronicle Guidance Professional Service P991**. Moravia: Chronicle Guidance, 1979, p. 1-6.

SANTOS, Marcos Pereira dos. **O Trabalho da Trindade Pedagógica Gestora no contexto educacional escolar da atualidade: Algumas reflexões**. Revista Imagens da Educação, v. 2, n. 2, p. 49-55, 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/ImagensEduc/article/viewFile/15910/934Z>>. Acesso em 27. abr. 2019.

WINNER, E. **Crianças superdotadas: mitos e realidades**. Porto Alegre: ARTMED, 1998.